

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO ESPÍRITO SANTO DO SÉCULO XIX: A HISTÓRIA ENSINADA POR BACHARÉIS, PADRES E MÉDICOS

THE HISTORY TEACHERS EDUCATION IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO IN NINETEENTH CENTURY: THE HISTORY TAUGHT BY BACHELORS, PRIESTS AND DOCTORS

**André Luiz Bis Pirola**  
IFES - Nova Venécia/ES

## Correspondência

Rodovia Miguel Curry Carneiro, 799, Bairro Santa Luzia  
Nova Venécia – ES – Brasil. CEP: 29830-000  
E-mail: [andrepisola@uol.com.br](mailto:andrepisola@uol.com.br)

## Resumo

Analisamos a formação de professores de história construída concomitantemente à formação da disciplina História, no estado do Espírito Santo na segunda metade do s. XIX. Investigamos o sentido do saber e fazer docente em meio às lutas, leis e livros que buscaram instituir determinadas formas ser e estar no mundo, bem como as forças que fomentaram sua produção; os conceitos, fatos e hipóteses que sustentavam seus saberes e práticas; e, em que medida suas afinidades e conflitos materializaram os parâmetros teóricos e metodológicos de seu ofício.

**Palavras-chave:** Formação de professores; de história; práticas docentes; história do ensino de história.

## Abstract

We analyze the history teachers' education built concurrently with the formation of the subject of history in the state of Espírito Santo in the second half of 19<sup>th</sup> century. We investigated the meaning of know-how teaching among the struggles, laws and books that sought to introduce certain forms of being in the world, as well as the forces that fostered its production; the concepts, facts and assumptions that supported their knowledge and practices. At the end, we ask to how their affinities and conflicts materialized the theoretical and methodological parameters of its duties.

**Keywords:** History teachers' education; teaching practices; history of history teaching.

A análise teórica e metodológica realizada nesse artigo articulou as *lutas* entre representações; as *leis* que restringiram ou não as liberdades; e os *livros* que, por meio de protocolos específicos, puderam instituir ortodoxias no ensino de História. Como *Lutas*, pensamos lutas entre representações, que permitem apropriações sobre a realidade, fundamentalmente, produzindo-a.<sup>1</sup> Quanto às *Leis*, referimo-nos tanto às representações e práticas que se estabeleceram como normas para o ensino de História. Quanto aos *Livros*, tratamos do conjunto documental sobre o qual trabalhamos para identificar as *lutas* e as *leis* que constituíram tanto a formação docente quanto a própria disciplina História.

Privilegiamos também os periódicos, especialmente os da imprensa provincial do Espírito Santo. Para este artigo analisamos os periódicos: *Correio da Victória*, entre 1854 até 1872; *Folha da Victória*, de 1860 até por volta de 1880; *Commercio do Espírito Santo*, de 1880 até 1910. Contudo, utilizamos também outros documentos à composição do quadro de análise do período escolhido. Utilizamos o livro didático como fonte, livros de memorialistas, livro ponto, livro tombo, almanaques, da historiografia do período. Dessa forma, a análise do presente visa contribuir para a compreensão do processo de construção da formação dos professores de História articulada com as próprias finalidades, entidades e identidades do ser e fazer docente.

## I.

Em 1867, o Sr. Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira tomava posse da cadeira de *Geographia e História* no principal estabelecimento de ensino secundário da província - não mais Lyceo de Victoria, mas — Colégio Espírito Santo.

Como o professor Ernesto teria obtido sua vaga no novo Colégio? Quais eram os critérios necessários à admissão dos professores? O que sabemos sobre os protocolos docentes requisitados a um professor de História nesse período? No caso de criação ou vaga de qualquer cadeira pública pela diretoria de instrução, eram publicados editais pondo a cadeira em concurso e marcava-se um prazo nunca menor ao de trinta dias para a habilitação e inscrição dos candidatos. Findo o prazo e tendo concorrentes, era anunciado o dia do exame.

Por volta de 1867, o aspirante à cadeira de História na província do Espírito Santo deveria ser brasileiro, com vinte e um anos ou mais, o que seria comprovado por certidão de batismo ou uma justificação quando os respectivos dados não fossem evidentes. Um bom professor, para a época, deveria ser também moderado em seu modo de viver, sendo essa morigeração endossada por escrito pelo pároco ligado ao candidato, que atestaria ainda por quais lugares seu fiel teria residido nos últimos três

---

<sup>1</sup> CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio: Difel, 1990. CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

anos. Além dos bons costumes, o futuro professor de História deveria também comprovar sua capacidade intelectual. Para tanto, seria submetido a exame ou concurso.<sup>2</sup> Segundo o mesmo documento, os exames deveriam ser realizados na capital, em uma sala do palácio da Presidência, sendo presidido pelo próprio presidente da província, além de um professor e outro cidadão de ilustração. Após cinco anos de efetivo exercício, um professor tornava-se vitalício, necessitando, contudo, não haver qualquer nota de desabono, o que somente poderia ser concedido pelo julgamento do presidente da província, ouvindo o parecer do diretor da instrução pública.

Quanto às obrigações exigidas aos professores postas no Regulamento de 1867, era fundamental que os professores de então mantivessem o silêncio, regularidade e decência. Não era facultado aos professores participarem de comissões públicas sem autorização presidencial. Quanto aos livros, o período que separou os regulamentos provinciais de 1854 a 1862 serviu para mostrar que os professores no nível secundário, diferentemente dos do elementar, usavam os livros que queriam e atendessem à necessária prática de seu ofício. Pelo Regulamento de 1867, a situação mudou. Assim, para o regulamento em questão, os professores deveriam usar apenas os livros adotados pelo diretor da instrução e pelo presidente da província.

Os castigos permitidos ao professor aplicar aos alunos cresciam em intensidade. Poderiam começar com uma repreensão, detenção na escola para além do tempo regulamentar, com acréscimo de atividade de leitura e escrita. Poderiam também os professores castigar seus alunos no sentido de os fazerem sentir sofrimento moral ou vexame perante si mesmo e diante da comunidade escolar. Caso não surtisse efeito, comunicava-se, por escrito, aos pais, para em casa aplicarem penas mais graves. Por fim, se tudo mais falhasse, caberia a expulsão.<sup>3</sup> Em relação aos alunos, que eram os sujeitos privilegiados com os quais os professores dessa época lidavam, a barreira e o nível ainda se impunham à maioria esmagadora da população. Basta notar que, além da faixa etária estabelecida para o ensino secundário, não possuíam acesso à educação pública os que não tivessem sido vacinados, os que sofriam de moléstia contagiosa e os escravos.

É bem verdade que todos esses dados constantes dos documentos oficiais da administração escolar devem ser lidos com a necessária cautela, que adverte quanto aos limites entre o prescrito e o efetivo. É sempre temerário buscar nessas fontes uma pretensa transparência entre as proposições desejadas pela oficialidade da educação provincial e as práticas efetivas dos professores. Não obstante a ela submetidos, esses lentes também criaram espaços de liberdade não desejados pela fórmula legislativa que, por sua vez, idealizava uma determinada educação provincial além da que propriamente poderia concretizar.

---

<sup>2</sup> Espírito Santo. Regulamento para a instrução pública da província do Espírito Santo, confeccionado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Bacharel Aureliano de Azevedo Monteiro. 1868, p. 9.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 15.

Assim, existiam concursos para provimento das cadeiras, conforme as prescrições do Regulamento de 1867, mas o *Jornal da Victória*, de 21 de janeiro de 1867, publicava o anúncio de uma “Nomeação — Por acto de antehontem foi nomeado o Sr. Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira para lente da cadeira de Geographia e Historia desta capital”.<sup>4</sup>

Mas o senhor Ernesto Mendo era também doutor Ernesto Mendo. *O Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia*<sup>5</sup> não deixa dúvidas: era o aluno n.º. 493 da faculdade baiana, concludente em 1859, turma de Graciano dos Santos Neves — que, em 1892, assumiu a presidência da Província do Espírito Santo.

O *Almanak Administrativo, Comercial e Agrícola da Província do Espírito Santo para o anno de 1885* reforça as informações na página 64: “Médico dos Presos da Cadêa da Capital” - “Ernesto Mendo de Andrade”.<sup>6</sup> Além dessas fontes, encontramos nos registros memorialísticos de Biasutti<sup>7</sup> que, em 15 de agosto de 1877, o presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima, fez a primeira visita oficial à Colônia de Santa Teresa, constando em ata oficial as assinaturas, dentre outros, do presidente da Província, do chefe da Polícia, do Diretor Geral e Inspetor Interino da Colônia, dos engenheiros, e dos médicos Ernesto Mendes de Andrade e Domingos Gomes Barroso.

Ernesto Mendo acumulava, então, os cargos de Professor de História e Geographia, no Colégio Espírito Santo; Provedor da Saúde Pública e Comissário Vacinador, na Diretoria de Higiene Pública da Província do Espírito Santo. Atribuições que motivavam sua saída da capital Vitória para regiões do interior. Segundo estudos de Alcântara Silva,<sup>8</sup> o Dr. Ernesto Mendo atuou no combate à febre amarela na vila de Linhares, em 1868, o que indica suas várias atividades.

O Dr. Ernesto Mendes de Andrade Oliveira partiu em direção à Linhares em 03 de abril para prestar socorros à população. O governo provincial também enviou uma canoa com gêneros para as pessoas sem recursos acometidas pela doença, além de medicamentos para serem distribuídos àqueles que não possuísem recursos para adquiri-los [...] A própria epidemia comprometia a chegada dos medi-

---

<sup>4</sup> *Jornal da Victoria*, 21 jan. 1867, p. 3.

<sup>5</sup> FAMEB. *Levantamento nominal dos formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.fameb.ufba.br/dmdocuments/formados-fmb1812a2007.pdf> Acesso em: 25 jul. 2015.

<sup>6</sup> Espírito Santo. *Almanak Administrativo, Comercial e Agrícola da Província do Espírito Santo*, 1885, p. 64.

<sup>7</sup> BIASUTTI, Luiz Carlos. *No coração capixaba – 120 anos de História da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa-ES*. Santa Teresa: Círculo Trentino, 1994, p. 69.

<sup>8</sup> ALCÂNTARA SILVA, Célio A. *Capitalismo e escravidão: a imigração confederada para o Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Unicamp. Campinas, 2011.

camamentos enviados para combatê-la, dos víveres e da correspondência a Linhares, pois os brasileiros que realizavam o transporte em canoas, os camaradas mencionados por Keyes, estavam doentes.<sup>9</sup>

Não é improvável que o acúmulo de atribuições de Ernesto Mendo esteja relacionado aos pedidos licenças do trabalho na educação. No Colégio Espírito Santo, mais de uma vez, Mendo precisou ser substituído por outros professores. Por Zeferrino Rangel de Sampaio, por exemplo, nomeado “para leccionar a cadeira de geographia e historia do Collegio Espírito Santo no impedimento do respectivo professor Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira”.<sup>10</sup>

Além dos conflitos de horários, o médico-professor também teve que lidar com os conflitos relacionados às concepções de História e História Sagrada. Em uma de suas substituições no Colégio Espírito Santo, o substituto foi um padre – Antunes de Siqueira.

Muito conhecido por todos, professor com mais de dez anos de ensino, diretor do colégio feminino *Nossa Senhora da Penha* e correligionário no partido do presidente da Província, o Padre Antunes de Siqueira assumia também a cadeira de história no Colégio Espírito Santo:

Ao Diretor geral da instrução pública declarando ficar inteirado de ter o Rvd. o padre Francisco Antunes de Siqueira entrado no dia 29 do mês findo no exercício de professor interino de geografia e história do Colégio Espírito Santo.<sup>11</sup>

Francisco Antunes de Siqueira nasceu em Victoria no mês de fevereiro em 1832. Foi aluno no Seminarista Episcopal de São José, no Rio de Janeiro, quando o reitor era o Monsenhor Manoel Joaquim da Silveira. Recebeu o “convite dos diretores do Collegio de S. Pedro de Alcântara do Rio de Janeiro, para fazer parte do corpo docente, lente de diversas matérias, o que fez também no Collegio Tautphoeus”. Obtendo do bispo D. Manoel do Monte provisão para pregar em todo o bispado — sem a idade precisa —, além das ordens de subdiácono e de diácono, fez-se ouvir em vários templos e, por causa de um de seus sermões, “o da *primeira domingo da quaresma de 1854*, foi-lhe concedido o uso do anel, solidéo e banda”. Ordenado presbítero, foi nomeado vigário de S. João da Campina e, por concurso, professor da instrução primária, cargos que deixou em 1856 por motivos políticos.

Já de volta ao Espírito Santo, o padre Siqueira abriria, em 1868, um internato e externato particular na capital, o Colégio Nossa Senhora da Victória; em 1870, lecionaria geografia e história do Colégio Espírito-Santo; em 1875; Geografia, História do Brasil e História Sagrada no Colégio Nossa Senhora da Penha; em 1877,

<sup>9</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria – série 751, número 183, ofícios de 3 abr. 1868, 28 abr. 1868 e 31 mai. 1868. (ALCÂNTARA SILVA, Célio A. *Capitalismo e escravidão*. *Op. cit.*, p. 337-338).

<sup>10</sup> *Jornal da Victoria*, 30 jul. 1868.

<sup>11</sup> *Jornal da Victoria*, 31 mar. 1869.

lecionaria Latim, no Atheneu Provincial, o que fez até a extinção deste instituto, em vista da criação das escolas normais em 1892.<sup>12</sup>

Dentre algumas das obras de Antunes de Siqueira, citamos: *Os fructos da palavra divina: sermão pregado na primeira domingo da quaresma na cathedral do Rio de Janeiro em 1854* (manuscrito, quando o orador não tinha ordens de presbiterado); *Discurso pronunciado no dia 28 de março (de 1870) por ocasião do Te Deum em ação de graças pela gloriosa terminação da guerra do Paraguay, Oração gratulatória pronunciada por ocasião da benção da inauguração do gazometro da cidade da Victoria* (oferecida a seu empresário M. da C. Madeira, a 16 de novembro de 1878, publicado no Espirito Santense de 20 de novembro de 1878); *Estudo sobre a orthographia da lingua luso-brazileira*, revisto e aprovado pelo Dr. José Ortiz e Luiz Alves Leite de Azambiya Suzano (Victoria, 1877); *Deus na natureza: ode* (escrita a 4 de outubro de 1878 e publicada no periódico Actualidade de 9 de outubro, depois reproduzida em outros órgãos da imprensa); *Ao memorável e faustoso dia 7 de setembro: ode* (periódico Actualidade de 7 de setembro de 1879); *Uma noite de luar: ode* (idem de 13 de outubro de 1879); *Discurso «Em honra do Dr. Eliseu de Souza Martins» - poesia em verso hendecasyllabo solto* (datada de 21 de julho, 1880, tendo por assinatura «A justiça indignada»).

Sobre algumas influências literárias e históricas do padre Antunes, Achiamé informa:

O padre Antunes cita por duas vezes, às paginas 26 e 57 da 2ª edição do *Esboço histórico*, as ideias de Emílio Castelar (1832-1899), escritor e político espanhol, republicano e o maior orador parlamentar da Espanha na segunda metade do século XIX. Vemo-lo citando também Eugène Sue (1808-1857), romancista francês que fez enorme sucesso com romances em folhetim descrevendo o submundo parisiense e Cesare Cantu (1804-1895), escritor e historiador italiano, que escreveu de 1838 a 1846 a História Universal em 35 volumes inspirada pelos ideais de um catolicismo liberal e obra muito lida, inclusive no Brasil.<sup>13</sup>

Portanto, de um médico, a cadeira de história passava a um padre. É possível comparar as tendências históricas dos dois professores pela opção que fizeram em relação às obras adotadas nas escolas. Em 10 de setembro de 1869, o jornal *Correio da Victória* publicava “ter a presidência aprovado a admissão da obra *intitulada Compendio da História Sagrada, do Padre Roquette*, feita pelo padre Francisco Antunes de Siqueira diretor do colégio particular de N. S. da Victória”.<sup>14</sup>

O livro adotado pelo Dr. Ernesto Mendo era muito diverso. O *Compendio de Geographia e História, de João Henrique Freese, diretor do Instituto Collegial de*

<sup>12</sup> *Commercio do Espirito Santo*, 01 mar. 1898, p. 2.

<sup>13</sup> ACHIAMÉ, Fernando. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Florecultura, 1999, p. 34.

<sup>14</sup> *Correio da Victoria*, 10 jul. 1869.

*Nova Friburgo* possuía uma abordagem que se aproxima bastante dos postulados científicos que, na próxima década, vão modular muitas propostas pedagógicas das Escolas Normais. O compêndio do inglês John Henry Freese (seu nome original), teve sua primeira edição em 1842, com 106 páginas. Continha um breve epítome sobre os globos e seus círculos, uma parte dedicada exclusivamente à História do Brasil, do seu descobrimento até a coroação de D. Pedro II. A quarta edição, de 1868, vinha aumentada e atualizada, com 128 páginas. Houve ainda uma edição de 1871 que Ernesto Mendo não utilizaria – pelo menos, não como professor do Colégio do Espírito Santo.

Os aspectos do livro de Freese dão uma mostra satisfatória da diferenciação de sua proposta em relação à obra adotada pelo padre Antunes, o compêndio de História Sagrada de Roquette. As próprias características do Instituto dirigido pelo inglês dão pistas sobre o seu ensino. Frequentado por 107 alunos, sendo 76 contribuintes e 5 gratuitos, e 26 externos, dos quais 5 contribuintes e 21 gratuitos. Esses alunos obedeciam a um plano de ensino que contemplavam aulas de religião, latim, inglês, francês, alemão, enciclopédia científica, astronomia, geografia, história, matemática, engenharia, filosofia e retórica, e comércio. A pensão no *Instituto Collegial* era de 180\$000 réis por semestre, mais 40\$000 réis para outras despesas. Por conta do acolhimento de mais três alunos gratuitos em seu internato, o *Instituto* passou a receber uma subvenção de 4\$000 da presidência provincial.

Simultaneamente às lutas que se sucediam para a imposição da melhor obra didática para o ensino secundário, outras também aconteciam no ensino elementar. Nesse sentido, o confronto entre história sagrada e história profana dão o tom das tendências sobre o ensino de História e seus livros escolares que circulavam na cidade de Vitória entre 1869 e 1872. Exemplo de embate foi a difusão de uma História do Brasil tributária a uma História Sagrada. Proposta consagrada justamente por uma produção didática de padres-professores cujo exemplo maior pode ser lido nos *Episódios de história pátria*, do conhecido Cônego Pinheiro.

A presidência comunicando [...] Ao inspetor das escolas da cidade de São Mateus enviando-lhe 6 gramaticas da infância, 5 catecismos da doutrina cristã, 6 métodos fáclimos, deixando de enviar os *Episódios de história pátria*, por não os haver, e logo que se receba será nesta parte satisfeito o seo pedido cumprindo que que exija do professor que tais livros requisitado o necessário recibo para a devida escrituração.<sup>15</sup>

Para a Bittencourt,<sup>16</sup> os planos dos livros do Cônego eram verdadeiras transposições da História Sagrada à História Profana. Neles, a cronologia dos aconteci-

<sup>15</sup> *Correio da Victoria*, 23 jan. 1869.

<sup>16</sup> BITTENCOURT, C. M. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 157.

mentos, dos fatos tratados, estava impregnada de uma “lógica do tempo transcendental do tempo, o tempo de uma nação predestinada que segue o caminho traçado pela ordem divina, cuja ideia era a de uma monarquia esclarecida pela moral da Igreja Católica”. E para a pesquisadora a “associação entre a História Sagrada e a História Profana levou à omissão dos conflitos sociais, acentuando as mudanças pelas ações políticas”. A escravização indígena foi omitida da narrativa histórica. Esses possuíam uma história comum, homogeneizada, e, sempre que podia, o Cônego ressaltava falta do evangelho entre os selvagens, seus filhos e suas mulheres.

O administrador do correio da capital rogando haja de enviar devidamente registrado o pequeno volume que remete e que é destinado ao inspetor das escolas da Barra de São Mateus, contendo 6 exemplares dos – *Epsodios da História Pátria* - para os alunos pobres da escola do sexo masculino daquela vila.<sup>17</sup>

A vice presidência pedindo haja de aprovar como solicita o diretor do colégio NS da Vitória [*Padre Antunes de Siqueira*] a administração do compendio da *História Sagrada do Padre Roquete* por ele adotado para a leitura e regência da aula de ensino primário do mesmo colégio. 30 de junho de 1869 [...] A mesma rogando haja de ordenar que o amanuense da diretoria da instrução pública seja entregue a quantia de 155\$ rs. Despendida com a aquisição de 80 exemplares de cada uma das obrinhas – *Gramática da Infância e Catecismo da Doutrina Christã*, para as escolas da província, em virtude da autorização dada em 11 de maio deste ano.<sup>18</sup>

Portanto, 1869 foi um ano muito bom para os padres. E não sabemos se, por coincidência ou não, mas, a partir daquele ano, o professor efetivo da cadeira de História se afastou cada vez mais de sua cátedra. Porém, sabemos que, antes de agosto, o professor Ernesto Mendo pediu nova licença. Em 1º de agosto de 1869, os periódicos anunciavam que Francisco de Antunes de Siqueira seria novamente professor interino da cadeira de Geografia e História do Colégio Espírito Santo.<sup>19</sup> No entanto, interino, pela última vez.

A edição de 4 de setembro de 1869 do *Jornal da Victoria* pode ter surpreendido muita gente, em face do artigo do advogado e deputado provincial José Correa de Jesus, bradando aos quatros ventos a demissão do professor de História do Colégio Espírito Santo, Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira. A surpresa não seria tão grande se José Correa não fizesse questão de associar a demissão de Mendo ao que teria sido uma escusa articulação entre presidente da província e o novo professor da cadeira de História, que assumiria o cargo no lugar do demitido – o padre Antunes Siqueira.

<sup>17</sup> *Correio da Victoria*, 28 jun. 1869.

<sup>18</sup> *Correio da Victoria*, 30 jun. 1869.

<sup>19</sup> *Correio da Victoria*, 1 ago. 1869.



Mais derrubada – Foi também demetido o nosso amigo o sr. dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira de lente de geographia e historia do collegio Espirito Santo, sendo nomeado para substitui-lo o sr. padre Francisco Antunes de Siqueira, vigário licenciado da freguezia de Santa Cruz. O sr. Dionysio declarou guerra aberta a este importante estabelecimento de instrucção: tem razão; talvez s. ex. considere taes instituições bem inúteis na sociedade. O sr. Padre Antunes tanto chorou, tanto gritou, que até mamou.<sup>20</sup>

De forma veemente, Correa de Jesus também abriu guerra ao padre e ao presidente da província. Membro fundador do “Jornal da Vitória”, periódico do partido liberal, do qual era um dos maiores expoentes, José Correa foi deputado da Assembleia Legislativa nas legislaturas que se seguiram entre 1866 e 1869.<sup>21</sup> Cruz informa que o Dr. José Correa de Jesus bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, formado entre 1860 e 1864, descrito como: “Alto, corpulento, pardo escuro, cabelos crescidos e erectos, pelle rugosa, physionomia carregada (...)”.<sup>22</sup>

Almeida Picoli, ao discutir as *Ideias de liberdade na cena política capixaba* entre os anos 1869 e 1888, chamou a atenção para a criação da *Sociedade Abolicionista do Espirito Santo*, primeira associação emancipacionista da província, fundada em 1869, sendo Correa de Jesus um de seus membros:

Entre os nomes de maior relevo social podem ser apontados aqueles que em 1868/1869 cumpriram mandatos de deputados provinciais na Assembleia Legislativa. José Feliciano Moniz Freire, proprietário do jornal, formou-se em Engenharia. Os senhores Clímaco Barbosa e José Correa de Jesus eram bacharéis em Direito. Já Ernesto Mendo Andrade e Oliveira era médico requisitado na capital, juntos, fundaram a Sociedade Abolicionista do Espirito Santo, a primeira associação emancipacionista da província, em 1869. É possível que os anos de estudo tenham proporcionado contato com o pensamento liberal e também com a conjuntura emancipacionista desenvolvida na década de 60.<sup>23</sup>

Foi esse o debatedor, e futuro professor de história, que obstinadamente mostrou o jogo político e ideológico da demissão do professor Ernesto - e Jesus não perdoaria o padre.

---

<sup>20</sup> *Jornal da Victoria*, 4 set. 1869, p. 1.

<sup>21</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Historia e Estatística da Província do Espirito Santo*. Vitória: Typografia Espirito Santense, 1879, p. 221.

<sup>22</sup> CRUZ, Ricardo Alexandre da. *Negros e Educação: as trajetórias e estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 40.

<sup>23</sup> PICOLI, M. de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFES. Vitória, 2009, p. 62.

Para Achiamé, o partido de Siqueira era conservador, e o padre, no artigo n. 13 das *Memórias do passado* (publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo*), demonstrara, de forma apaixonada, ser um caramuru, partidário da cor verde, ligado ao convento de São Francisco.<sup>24</sup> De outro lado, o deputado José Correa de Jesus militava no partido liberal, sendo um dos fundadores e principais colaboradores do jornal desse partido, o *Jornal da Victoria*. Foi nesse jornal que Jesus condenou as faltas do padre:

[...] Senhores, nós sabemos, porque são factos de hontem, e assistimos os actos escandalosos em relação á instrucção publica, praticados pelo Sr. Dionysio Álvaro Resendo. Vimos o sr. dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, demittido e audaciosamente a folha official vir explicar essa demissão por falta de habilitações, que elle não tinha para exercer o lugar de professor de geographia e historia. Quem, srs., se collocara como juiz para julgar esta questão? Basta pronunciar-se o nome: o actual 1.º vice-presidente da província! Era elle quem se atrevia para erguer-se da cadeira administrativa para julgar da intelligencia do professor, que tinha sido graduado por uma faculdade do império; que tinha um titulo, que não podia ser comparado com a sua carta de vice-presidente, que o accaso lhe arremessára sobre a sua mesa; que esse titulo não se adquire por meio da humilhação, nem da baixesa! Elle devia comprehender perfeitamente, srs., que a província, que o conhecia, havia de rir-se quando elle promulgou a sua resolução!<sup>25</sup>

Correa de Jesus comparou a formação dos personagens envolvidos destacando a condição intelectual de um sujeito em face da condição administrativa de outro. Assim, é da diferenciação entre aqueles que possuem um título nos cursos superiores do império e dos que estão na condição burocrática de subjugados do poder provincial que podemos dimensionar o que vale, de fato, para esses homens, na hora de classificar os seus iguais e oponentes na arena social.

Como sabemos, o ex-professor da cadeira *Geographia e Historia* era médico, com uma formação irretocável. Ora, a Faculdade de Medicina da Bahia, que remonta ao ano de 1808, já era referência no Império à época em que Ernesto lá havia se formado, isto é, em 1859. Logo após abrir os portos do Brasil às nações amigas de Portugal, D. João VI mandou criar a Escola de Cirurgia da Bahia. Cinco anos depois, a Escola se transformou em Academia Médico-Cirúrgica. E, dezessete anos antes de Ernesto lá se formar, já era conhecida como Faculdade de Medicina da Bahia. Foi este primeiro estabelecimento de medicina que viu nascer sua ciência médica, conheceu grandes professores, cientistas e demais intelectuais que marcaram a história do Brasil.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> ACHIAMÉ, Fernando. *Memórias do passado*. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>25</sup> *Jornal da Victoria*, 26 out. 1869, p. 4.

<sup>26</sup> FAMEB. *Levantamento nominal dos formados*. *Op. cit.*

Antunes de Siqueira também possuía, ao seu turno, uma sólida formação. Para o historiador Maurilio Cesar de Lima, o Seminário Episcopal de São José foi o primeiro estabelecimento seguramente reconhecido como casa de Formação Sacerdotal no Brasil. Muitos presbíteros – para todos os recantos do Brasil – passaram pelo Seminário, sendo valorizada a sua história e a seriedade de seus conteúdos formativos.<sup>27</sup> O Cônego Pinheiro foi um desses, e lecionou entre 1849 e 1852.

Assim, a formação dos nossos dois professores de História, apesar de muito diversa na proposta, na filosofia, na estrutura e na orientação do ofício de seus alunos, não poderia ser atacada em sua excelência. Contudo, uma palavra posta estrategicamente por José Correa chama a nossa atenção para a complexidade da situação profissional e docente dos litigantes em questão. E, no caso específico do professor Antunes de Siqueira, Jesus não perdoa, ao mencionar não somente sua posição de vigário, mas também a de vigário *colado*:

[...] A nossa missão hoje é continuar o desgraçado histórico dessa administração para que a província conheça esta grande ilustração apregoada pelo sr. Pinheiro no seu relatório e insensada pela *illustrada* redacção do órgão do partido conservador. Foi ainda demittido a bem do serviço público o professor de Historia e Geographia, o dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, e nomeado para substitui-lo o vigário collado da parochia de Santa Cruz o padre Francisco Antunes de Siqueira. Ainda perguntamos qual a rasão do bem publico dessa demissão? Qual as faltas em que incorreu o professor efectivo para que o sr. Dionysio o demittisse a bem do serviço publico? Seria porque esse cidadão partilhando as crenças liberaes não se confundia na turba dos cortesões da situação?<sup>28</sup>

Freire atenta que, do quadro dos empregados eclesiásticos, o de *vigário colado* era um dos mais desejados, em boa parte, pelos vencimentos avultados. Também informa uma das mais centrais características desse posto, a saber: o *vigário colado* era também um membro do funcionalismo público, com nomeação feita mediante indicação do arcebispo e aprovação do Imperador. O cargo de *vigário colado* era eminentemente político e “não podia ser removido, ligado a um partido político e tendo poder religioso, constituía-se em figura fundamental em qualquer eleição”. A pesquisadora arremata comentando que as paróquias eram bases das operações eleitorais e, assim sendo, era de interesse dos grupos políticos assegurarem, também, o controle das paróquias, garantindo alguém de sua confiança.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> Seminário Arquidiosenao São José. Disponível em: [www.seminariosaojose.org.br/270anos.htm](http://www.seminariosaojose.org.br/270anos.htm). Acesso em: 22 mai. 2012.

<sup>28</sup> *Jornal da Victoria*, 17 set. 1869, p. 4.

<sup>29</sup> FREIRE, Larissa Almeida. Religião, cidadania e identidade nacional em Camamu (1840-1843), p. 195. Disponível em: [http://www.novospesquisadores.ufba.br/downloads/Textos/RELIGI%C3%83O,%20CIDADANIA%20E%20IDENTIDADE%20NACIONAL%20EM%20CAMAMU%20\(1840-1843\)%20\(Larissa%20Almeida%20Freire\).pdf](http://www.novospesquisadores.ufba.br/downloads/Textos/RELIGI%C3%83O,%20CIDADANIA%20E%20IDENTIDADE%20NACIONAL%20EM%20CAMAMU%20(1840-1843)%20(Larissa%20Almeida%20Freire).pdf). Acesso em: 25 jul. 2015.

Logo, José Correa de Jesus atacou pelo flanco mais vulnerável do padre e do presidente da Província, Dionysio Resendo, ou seja, pela vinculação política a que estariam submetidos os cargos. Foi justamente com essa possível articulação que arrematou seu libelo. Denunciou, como o padre Antunes, insatisfeito com a sua posição dentro dos planos do partido conservador, teria procurado o periódico liberal, *Jornal da Victoria*, para expor práticas escusas do próprio partido, arquitetando a demissão de Ernesto Mendo e, assim, alcançando o cargo almejado.

Cansado de esperar o seu formal de partilha o sr. Antunes em um momento de desespero, resolveu suicidar-se na política, e então mandou para a nossa typographia um artigo para ser publicado, onde alguma couza era dito sobre a moralidade do partido conservador com aquellas frases com as quaes só elle sabe enfeitar o seu pensamento. [...]

Compareceu o padre Antunes perante o concilio presidido pelo sr. Dionysio, e depois de interrogado, elle com as faces banhadas estende a mãe pedindo pão. Então para satisfazer-se e aquietar este estomago é demittido o lente proprietário da cadeira de historia, e nomeado o descontente partidário com a condicção de retirar o artigo da imprensa. Eis o – contrato – eis a que ponto têm sido rebaixados os cargos públicos! Agora avaliem a *nobresa e moralidade de character* da actual administração publica”.<sup>30</sup>

O valor de sua formação, colocada em cheque, talvez tenha sido mais um dos pontos que mais tenha ofendido Ernesto Mendo. E, por outro lado, também chama a nossa atenção o fato de como esses homens, nas últimas três décadas do século XIX, pensavam a formação para a cadeira de História. Assim, em um momento no qual não havia exigência de qualquer formação específica para o ensino de História, senão aquela oportunizada pelas academias do Império, como atacar a habilitação de um médico reconhecidamente hábil para grande parte da população da província?

Tocamos aqui, então, em um ponto limítrofe daquilo que não era da ordem da possibilidade para esse momento histórico em questão. É o que dá o tom da finalização de Correa, na citação anterior, quando argumenta “que a província, que o conhecia [Ernesto Mendo], havia de rir-se quando elle [Dionysio Resendo] promulgou a sua resolução”.

E foi em nome dessa honra social e profissional que encontramos uma resposta do próprio Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira. A forma como o ex-professor argumentou e usou as prerrogativas de sua titulação para o ensino de História, expõe como sua profissão estava também conectada à sua vida. Um pouco talvez daquilo que Ivor Goodson (1995, 2001) quis dizer, quando nos advertiu sobre a importância de nossas pesquisas captarem a história da vida dos professores como indissociável das coerências e contradições dessa vida; das lutas por construção, manutenção e difusão de *status* a partir de suas matérias:

---

<sup>30</sup> *Jornal da Victoria*, 17 set. 1869, p. 4.

Duas palavras ao redactor do Correio da Victoria e director da instrucção publica. Procurou o *sr. dr.* Tito da Silva Machado justificar a minha exoneração do cargo de professor de historia e geographia do collegio Espirito Santo declarando *ex cathedra que eu nada pesco* das matérias que leccionava, e apella para o juízo do publico desta capital.

Uma tal sentença proferida por pessoa qualificada nas sciencia e nas letras, e cuja opinião pudesse nullificar todas as presumpções, que me abonam porque como elle tenho um titulo acadêmico, que não poderia obter sem a necessária habilitação, uma tal sentença, digo eu, poderia dar copia da pequenez dos meus conhecimentos; porem proferida como é pelo *sr. dr.* Tito Machado, que por mais que se occulte não pode furtar-se ao juízo do tribunal para o qual apella, fico tranquillo em minha consciência, sem procurar discutir os motivos da minha exoneração, como sempre tencionei.

Uma verdade, porém, não posso occultar; - quando mesmo fosse verídica a minha insufficiencia para o magistério, declino da capacidade e competência dos *srs.* Tito, Dionysio e outros para julgarem-me, por que o magistério requisita muitos outros predicados, que como a proficiência carecem de um juiz, que seja o reflexo da confiança e da moralidade, que elle deve inspirar a mocidade que educa.

A arrogância do *sr. dr.* Tito, pois, pode dar ao juízo do publico desta capital, onde é conhecido, o quilate de sua immodestia, sócia e companheira inseparável da ignorância do homem que tudo *estuda* menos a si próprio”. *Dr. Ernesto M. de Andrade e Oliveira*.<sup>31</sup>

## II.

Nas últimas três décadas do século XIX, a experiência pedagógica do professor se fortaleceu como critério de legitimação perante os diversos sujeitos de uma rede escolar em franca expansão. Quase um século de cotidiano escolar colaborou para que toda uma geração de professores adquirisse conhecimentos significativos sobre as *lutas, leis e livros* que constituíam a arena da educação pública e particular em suas províncias.

Os últimos combates entre professores e demais autoridades na província já haviam anunciado a discussão a respeito de uma formação mais específica no ato de educar. Nesse contexto, o universalismo da tradição humanista encontrou, uma vez mais, opositores cujas bandeiras propunham uma formação das ciências pedagógicas. Assim, “Srs.,” “Drs.” e “Rvs.” — que liam, escreviam e ensinavam — aperfeiçoaram suas propostas de *igualdade* de leitura, escrita e ensino, ao mesmo tempo em que controlaram as *liberdades* de quem deveria ler, escrever e ensinar. Daí, um artigo

---

<sup>31</sup> *Jornal da Victoria*, 17 set. 1869, grifos nossos. As partículas de tratamento, transcritas em minúsculo e maiúsculo, bem como as demais partes do texto, foram transcritas em conformidade estrita com o original.

e obstinado desejo de criação e expansão das Escolas Normais, um *locus* especial para a formação de docentes sob novas perspectivas.

A formação docente do período vinculou-se menos aos saberes a serem ensinados, que ainda se estabeleciam, e mais sobre os fazeres a serem aprendidos. As práticas de professores que, em um primeiro momento contribuíram para formar os repertórios das primeiras escolas normais, passaram por críticas sobre sua eficiência, sobretudo ao se considerar a expansão da escola para segmentos diferenciados da sociedade.

Os livros didáticos também fortaleceram o seu poder. Após meio século de concepção, elaboração e publicação, com o advento dos cursos normais, os livros didáticos, cada vez mais, se difundiam por editoras que muitas vezes os concebiam como *instituição formadora* dos docentes. As revistas pedagógicas davam seus primeiros passos, requisitando para si esse crucial lugar.

Para o caso da História, permanências e mudanças se intercalavam na constituição do ensino para as escolas de primeiras letras, criadas para alunos de grupos sociais de origem popular. Nesse contexto, tornava-se necessária uma escola com características mais complexas do que as inicialmente concebidas em meados do século XIX para a formação de docentes. A ideia de que havia uma missão patriótica no exercício da docência, especialmente no caso dos professores, foi reforçada, mas a educação moral se transformou em campo de batalha: de um lado os defensores de uma formação laica; de outro, os que permaneciam no fortalecimento da moral religiosa católica, à qual deveriam estar submetidos os princípios do Estado.

Na província do Espírito Santo (depois estado, sob a República), o crescimento da população de estudantes ocorreu dentro de parâmetros já apontados por estudos da história da educação escolar, em áreas de produção de café. O ensino secundário dividia-se entre um limitado número de instituições públicas: o *Atheneu Provincial* e depois, na República, *Gymnasio Espírito-Santense* (este último, em 1924, contava 118 alunos). Paralelamente, ocorria uma disseminação de escolas confessionais, como, por exemplo, o Colégio Americano, com suas 24 unidades, que, no mesmo de 1924, possuía 1.282 alunos matriculados.<sup>32</sup>

No Ateneu Provincial, “Srs.,” “Drs.” e “Revs” professores continuaram dividindo espaços escolares e políticos, disputando prerrogativas na adoção de livros e no provimento de matérias com maior demanda social. O público escolar era mais heterogêneo do que anteriormente. Proveniente do interior e exterior da província/estado, povoava progressivamente as escolas da capital e usufruía da urbanização advinda dos lucros da produção cafeeira.

Expandiam-se o público escolar, a urbanização e os lucros. Ao final do ano de 1892, por exemplo, o *Commercio do Espírito Santo* estava em festa. Em 7 de

---

<sup>32</sup> Espírito Santo. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo. Na 1ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura, em 4 de maio de 1925.

dezembro desse mesmo ano, seus redatores publicavam matéria que, efusiva, ressaltava o estado de graça do Espírito Santo. O motivo: lucros advindos do café, que tornavam promissor também o futuro da indústria.

Tenho em mãos a estatística da exportação de café feita de janeiro a 30 de setembro do corrente anno [1892], e por ella se vê que sahiram dos portos do Estado [do Espírito Santo] nos 9 meses decorridos 12 milhões de kilos, cujos direitos montaram em cerca de.....[sic] 1.200:000\$000. [...] Com o tráfego hoje francamente aberto ao commercio directo com as praças commerciaes da Europa e dos Estados Unidos, para onde se encaminham quase toda a exportação pelo porto da Capital, desenvolve-se o commercio em larga escala, amparando novas indústrias que caminham prosperamente.<sup>33</sup>

Portanto, tratava-se de um momento em que os ganhos financeiros justificavam também o desenvolvimento de uma indústria cultural, atividade com destaque nessa época, como o caso da editora Francisco Alves, que cada vez mais se empenhava em criar livrarias para maior circulação de suas obras.

Destaca-se, o sistema de doações das obras em quantidades enormes, como o caso de Abílio César Borges. Sobre esse proprietário de várias escolas na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, defensor de uma imagem de escola moderna e do fim do uso da palmatória, estima-se que tenha doado, no país, cerca de 400 mil volumes de seus 22 títulos (com edições revisadas). O Barão de Macaúbas “aparentemente não tinha interesse lucrativo [...]”. Entretanto, a proximidade com o poder imperial garantiu a aquisição de obras pelo governo para que o autor pudesse distribuir ‘gratuitamente’ nas escolas”.<sup>34</sup>

Em estudos anteriores,<sup>35</sup> vimos que, apesar do Regulamento de 9 de novembro de 1869 determinar a distribuição dos compêndios por todas as escolas na proporção do número de alunos que as frequentam, aos indigentes grátis e aos demais pelo mínimo preço indicado pelo Diretor, constata-se, através dos documentos, quadro recorrente de exiguidade de materiais à consecução do ensino. Foi precisamente nesse cenário de escassez que se destacou a figura de Abílio César Borges.

No caso do ensino de História, a luta entre sagrado e profano continuava, por meio das suas vulgatas. Em relação aos livros que fundamentaram o ensino de História, ministrado no principal estabelecimento secundário da província do Espírito Santo, foi a tradição francesa que predominou.

No âmbito dos estudos da disciplina História Universal, o exemplo clássico foi dado pela obra *Compêndio da História Universal*, de Victor Duruy, contemplado

---

<sup>33</sup> *Commercio do Espirito Santo*, 7 dez. 1892, p. 2.

<sup>34</sup> BITTENCOURT, C. M. *Livro didático e saber escolar*. *Op. cit.*

<sup>35</sup> PIROLA, André Luiz B. *O Livro Didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro Didático: história e representações*. Vitória, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFES. Vitória, 2008.

pelo programa de 1873 do Ateneu Provincial da capital. Esse autor, em 1865, já ocupava o Ministério da Instrução Pública. Duruy foi também responsável por uma importante reforma educacional, principalmente tratando-se do processo de constituição, difusão e consolidação das bibliotecas escolares na França. Elizabeth Parinet notou que, ainda em 1865, com o aumento do número de obras didáticas, o sistema que autorizava a adoção do livro se tornou tão complexo que Duruy concebeu um sistema mais flexível, transferindo sua escolha aos professores, através das comissões departamentais.<sup>36</sup>

Atendo-se mais especificamente ao compêndio de Duruy, Circe Bittencourt demonstrou como essa obra foi apropriada no processo de tradução.<sup>37</sup> Apropriação que, dentre outros objetivos, visou adaptar o livro aos programas e interesses escolares. Para constar nos currículos brasileiros — e espírito-santenses —, essa obra francesa precisou ser reformulada, tendo em vista que o seu conteúdo original sequer contemplava o continente americano, e o Brasil tampouco figurava nas “grandes descobertas portuguesas”.

A tradição francesa também predominou no caso dos princípios e conteúdos consolidados por Francisco Adolfo Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, publicada em 1854, fixando para as futuras gerações os valores construtores de uma identidade nacional tripartite. Outro grande exemplo foi o de Joaquim Manoel de Macedo, dado na obra *Lições de História do Brasil*. Segundo Mattos, a *História do Brasil*, do “Dr. Macedinho”, por exemplo, vulgarizou três representações: a primeira — que tematizava os indígenas (gentios) como idólatras e incultos, atribuindo um sentido de História do Brasil apenas com a chegada dos portugueses; a segunda representação — que se apropriava das guerras flamengas para construir a ideia de nacionalidade; e a terceira — a da independência, que estabelecia nexos do passado da colonização com um presente soberano e a constituição de uma ideia de Brasil e de brasileiro.<sup>38</sup>

Tais tematizações, então, serviriam de base para outros livros, e ainda hoje se verificam traços desse pensamento, o que evidencia o grau de longa duração de representações divulgadas por uma obra didática. Entretanto, poucos autores assumiam, como João Ribeiro, o *ofício* de ser escritor de obras didáticas.

Sobre as demais obras possivelmente usadas pelos professores do Ateneu Pro-

---

<sup>36</sup> PARRINET, Elizabeth. *Une Histoire de l'édition à l'époque contemporaine*. XIXe-XXe siècle. Paris: Ed. Seuil, 2004.

<sup>37</sup> BITTENCOURT, C. M. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social) – USP. São Paulo, 1993, p 179.

<sup>38</sup> MATTOS, Ilmar Hohloff de (Org.). *Histórias do Ensino de História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.



vincial, temos dois registros documentais: *Regulamento* de 1873, do Ateneu Provincial;<sup>39</sup> e o *Editais* de 1890, no qual o Tesouro do Estado convida livrarias e fornecedores ao provimento de livros didáticos do Ateneu. Além das obras nacionais, o edital trazia também títulos estrangeiros.

[...] convido aos interessados para no dia 22 do corrente mez, ao meio dia, a apresentarem n'esta seção suas propostas competentemente assinadas e em cartas fechadas, para o fornecimento de livros em branco e compêndios à instrução publica deste Estado, constante da relação abaixo; devendo ter preferencia a proposta que maior vantagem oferecer ao Estado, as quaes serão abertas em sessão da junta de fazenda, com assistencia dos respectivos proponentes.<sup>40</sup>

#### Quadro Único. Regulamento do Ateneu Provincial da Cidade da Victoria, 1873.

Fonte: Jornal O Estado do Espírito Santo, de 03 de maio de 1890, p. 3.

ANO 1873		ANO 1890
<i>Sintaxe de Dantas; Gramática de Clintock</i>	Latim	Odie, de Horacio; Georgicas, de Virgilio, Vida de Agricola, de Tacito
<i>Gramática Sevene</i>	Francês	Regnier, Theatro Clássico; Chateaubriand; Villemain, discursos e Miscelâneas literárias
<i>Novo Curso Robertson</i>	Inglês	Logfelloor, obras poéticas; dicionário inglês para versa e tradução
<i>Selecta Blair</i>	Inglês	
<i>Curso Superior Sá</i>	Arithmetica	
<i>Psicologia e Lógica Barthes</i>	Filosofia	
<i>Freyre de Carvalho</i>	Rethorica	
<i>Ética de Barbe; História da Filosofia Barbe</i>	Filosofia	J. Balmer, Bousem, tradução de Dictes; Compendio, Barbe.
<i>Curso Especial de Fernandes Pinheiro</i>	Literatura	Santa Rita Durão, O Caramuru, século XVIII; João Francisco de Lisboa, Vida do Padre Antonio Vieira
	Geographia	Pompeu; Moreira Pinto, contendo a cosmographia
	História	Bacharelado; História do Brazil, Mattoso; História do Brazil, de R. Southey; História Universal, Duruy.

<sup>39</sup> MOACYR, P. *A instrução e as províncias* (subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834-1889. v. 3. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1940.

<sup>40</sup> *O Estado do Espírito Santo*, 3 mai. 1890.

Finalmente, o conflito sobre a demissão de Ernesto Mendo nos interessou, especialmente, por expor o problema das habilitações necessárias ao ofício de professor de História, uma vez que as interferências do poder civil e religioso indicam o caráter eminentemente político da disciplina, constituída no nível secundário e destinada à preparação das elites locais.

Do século XIX, podemos constatar também que as mutações dos conflitos educacionais e do público escolar foram decisivas à compreensão das clivagens pelas quais passaram o ensino História no Espírito Santo. A partir da segunda metade desse século, os professores de História estiveram imersos na paulatina reorganização social e econômica de uma província que migrou do uso do trabalho escravo para uma nova ordem capitalista baseada no café.

Em meio a essas transformações para uma “nova” sociedade, o próprio sentido do ensino de História no secundário foi questionado, demarcando novos contextos da ação docente. No âmbito dessas transformações se deram os conflitos institucionais no Espírito Santo.

Alguns desses conflitos acabaram por demonstrar que a posse das cadeiras de História no Espírito Santo, além de objeto de discussões acaloradas, também expôs o problema das habilitações necessárias ao ofício de professor. Combates travados em meio às interferências do poder civil e religioso. Foi nesse sentido a disputa entre professor médico Ernesto Mendo e o professor padre Antunes de Siqueira, atravessado pelo professor bacharel José Correa de Jesus. Momento histórico que não havia nem se exigia formação específica para o ensino de História, mostrou o que valia, de fato, como formação, para os homens daquele fim de século.

Conflito entre o sagrado e profano no ensino de história, o que nos implica ainda hoje. Desafio de se formar em história compreendendo os limites entre a profissão e a profissão de fé; conhecendo os perigos da sacralização ou profanação de conteúdos, textos e livros; enfim, promovendo a crítica e a intervenção, se abstendo, portanto, da responsabilidade de inculcar nos esquemas perceptivos dos alunos um tempo tão transcendental e inapreensível quanto o futuro de uma nação predestinada por outras forças que não sejam as de seus próprios cidadãos.

*Artigo recebido em 30 de junho de 2015.*

*Aprovado em 25 de julho de 2015.*